

Religiosidade negra: resistência político-cultural

A religiosidade negra é rica e variada. No Brasil, os nossos ancestrais africanos enriqueceram a nossa cultura com diferentes expressões e formas de se relacionar com o mundo mágico e sobrenatural.

A relação com o mundo que podemos chamar de mágico pode ser considerada como um universal do humano. Todos os grupos sociais, em diferentes épocas e espaços, constroem formas de se relacionar com o mundo desconhecido, na busca de caminhos e explicações que lhes ajudem a entender o enigma da vida e da morte, o sentido de ser e estar no mundo.

Homens e mulheres criam artefatos e constroem códigos, regras, leis que lhes possibilitem garantir a sobrevivência e a manutenção de seu grupo. Cada grupo produz sua cultura de acordo com suas necessidades e possibilidades, portanto não há como considerar uma expressão cultural superior ou inferior, melhor ou pior do que a outra, o mesmo se aplica à religiosidade. Essa dinâmica própria da cultura acontece de formas variadas, de acordo com o grupo cultural, contexto histórico, político e social em que se vive. Isso pode nos ajudar a entender o porquê de tantas expressões religiosas no mundo.

Tanto a religiosidade negra como outras expressões religiosas devem ser compreendidas como formas construídas, no interior da cultura, de estabelecimento de elos com o Criador, com o que está além do que costumamos considerar como mundo racional. Devem ser vistas como “experiências religiosas” e não como mero “credo religioso”. Tomadas como uma produção da humanidade, fruto das diversas formas de se relacionar com a natureza, da busca de explicações para questões que afetam a vida de todos e do modo como se estabelecem relações entre as pessoas e delas com o mundo.

Em contextos de dominação e opressão, os grupos constroem processos de resistência religiosa, que são também parte da cultura. A deportação dos africanos e a imposição do regime escravista acarretaram um processo de ressignificação mítico-religiosa, de atribuição de outros e novos significados às coisas e ao mundo que nos rodeiam, por parte de nossos ancestrais com suas divindades e crenças. Esse é um processo comum nas situações de colonização ou dominação político-cultural. Os povos ditos dominantes e dominados, ao se encontrarem (ou “se chocarem”) passam por mudanças culturais que afetam a todos, de variadas formas. Porém, é muito comum pensarmos que somente os ditos “dominados” ou “colonizados” recebem interferências dos outros grupos ou modificam seus costumes, crenças e valores em função do contexto da opressão. Na realidade, as coisas não são bem assim. O processo cultural é dinâmico e a força da matriz religiosa é um fator muito importante na construção das identidades culturais.

Compreender a tradição religiosa afro-brasileira, recontar a história do povo negro na África pré-colonial, pós-colonial e, em nosso caso específico, durante e após o regime escravista brasileiro, significa compreender um passado que para muitos de nós é desconhecido. Esse passado e o modo como foi construído interfere e interferirá em nossas crenças e nas formas de inserção e vivência do mundo atual, seja enquanto negros, brancos e indígenas brasileiros.

No Brasil, algumas tradições religiosas de matriz africana tornaram-se mais destacadas do que outras. Como não poderemos estudar todas

elas, vamos refletir um pouco sobre três delas: o candomblé, a umbanda e o congado. A nossa intenção é que você conheça um pouco mais sobre essa presença negra na história e na cultura brasileira e, para isso, recorreremos aos estudos e pesquisas produzidos por sociólogos, antropólogos e historiadores, estudiosos do tema. Tomaremos em especial as contribuições do sociólogo Reginaldo Prandi e do antropólogo Vagner Gonçalves da Silva.

O candomblé e a umbanda

O candomblé e demais religiões afro-brasileiras tradicionais formaram-se em diferentes áreas do Brasil, com variados ritos e com nomes locais derivados de tradições africanas diversas: candomblé na Bahia, xangô em Pernambuco e Alagoas, tambor de mina no Maranhão e Pará, batuque no Rio Grande do Sul e macumba no Rio de Janeiro.

De acordo com Reginaldo Prandi (1996) a organização das religiões negras no Brasil deu-se no curso do século XIX. Uma vez que as últimas levas de africanos deportados durante o período final da escravidão foram fixadas, sobretudo nas cidades e em ocupações urbanas, os africanos desse período puderam viver um processo de interação que não conheceram antes. Nas cidades, estabeleciam um maior contato uns com os outros, com maior mobilidade e, de alguma maneira, com certa liberdade de movimento. Esse fato propiciou condições sociais favoráveis para a sobrevivência de algumas práticas religiosas africanas, com a formação de grupos de culto organizados.

Até o final do século XIX tais religiões estavam consolidadas, mas continuavam a ser religiões étnicas dos grupos negros descendentes dos escravos. No início do século XX, no Rio de Janeiro, o contato do candomblé com o espiritismo kardecista trazido da França propiciou o surgimento de uma outra religião afro-brasileira: a umbanda, que tem sido identificada como sendo a religião brasileira, por excelência, pois, nascida no Brasil, ela resulta do encontro de tradições africanas, espíritas e católicas.



Escolástica Mãe Menininha do Gantois (Maureen Bisilhat, Salvador, BA, Coleção Particular) (Emanoel Araújo. *Para Nunca Esquecer: Negras Memórias/Memórias de Negros*, São Paulo, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 2001).



Cerimônia de Candomblé (Cynthia Brito/Olhar Imagem)

Desde o início, as religiões afro-brasileiras formaram-se em sincretismo, na fusão de diferentes elementos culturais com o catolicismo, e, em grau menor, com religiões indígenas. A característica politeísta do culto católico, numa dimensão popular (ou seja, a adoração de mais de um santo), possibilitou a construção de relações entre os santos e os deuses cultuados pelos africanos. Com a umbanda, acrescentaram-se à vertente africana as contribuições do espiritismo kardecista francês, especialmente a ideia de comunicação com os espíritos dos mortos através do transe, com a finalidade de praticar a caridade entre os dois mundos, na construção de uma paz eterna.

A partir de 1930, a umbanda espalhou-se por todas as regiões do país, sem limites de classe, raça, cor, de modo que todo o país passou a conhecer, pelo menos de nome, divindades como Iemanjá, Ogum, Oxalá etc.

O antropólogo Vagner Gonçalves da Silva (1994) relata que a umbanda, como culto organizado segundo os padrões atualmente conhecidos, teve sua origem por volta das décadas de 1920 e 1930. Nesta época, kardecistas de classe média, no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, passaram a mesclar com suas práticas elementos das tradições religiosas afro-brasileiras, e a professar e a defender publicamente essa mistura, com o objetivo de torná-la legítima e aceita, como uma nova religião.

As origens afro-brasileiras da umbanda remontam ao culto às entidades africanas, aos cablocos (espíritos ameríndios), aos santos do

catolicismo popular e, por fim, às outras entidades que a esse conjunto foram sendo acrescentadas pela influência do kardecismo.

Mas isso não significou uma interferência na identidade do candomblé, do qual a umbanda se descolou, conquistando sua autonomia. Da mesma forma que a umbanda, o candomblé também sofreu transformações.

Alguns anos atrás o candomblé era considerado uma religião de negros e mulatos, mais frequente, sobretudo, na Bahia e em Pernambuco entre os reduzidos grupos de descendentes de escravos localizados em diferentes regiões do país. A partir dos anos 60 do século XX, as pessoas de origem não africana começaram a professar o candomblé. Assim, o candomblé deixou de ser uma religião exclusiva do segmento negro, passando a ser uma religião de todos aqueles que se identificam com seus rituais, normas e cultos.

Ao estudarmos essas formas de religiosidade negras, constatamos que a presença do negro na formação social do Brasil foi decisiva para dotar a cultura brasileira de um rico patrimônio religioso desdobrado em inúmeras instituições e dimensões materiais e simbólicas, sagradas e profanas, de enorme importância para a identidade do país e sua civilização.

Sendo religiões de matriz africana e praticadas inicialmente somente pelos grupos negros, o candomblé e a umbanda sofreram (e ainda sofrem) todas as interferências do racismo existente em nosso país. Quem de nós já não ouviu comentários de que as religiões afro-brasileiras significam algo espiritualmente negativo? Ou que não são religiões, mas, sim, “seitas malignas”?

Independentemente da crença religiosa, é importante que tenhamos mais informações sobre as práticas religiosas não cristãs e que possamos compreendê-las e não simplesmente julgá-las a partir daquilo que consideramos a nossa verdade. Muitas vezes, as pessoas repetem um discurso negativo sobre essas religiões, baseando-se em preconceitos, na opinião alheia ou numa experiência pessoal negativa que tiveram, generalizando-o. É preciso tomar cuidado com julgamentos, principalmente quando falamos em religiões afro-brasileiras. Tais julgamentos podem facilmente deslizar para o campo do preconceito, da discriminação racial e do racismo.

Candomblé: uma religião afro-brasileira

O candomblé é uma religião que afirma o mundo, reorganiza seus valores e também reveste de estima muitas das coisas que outras religiões, consideram más: por exemplo, o dinheiro, os prazeres (inclusive os da carne),

catolicismo popular e, por fim, às outras entidades que a esse conjunto foram sendo acrescentadas pela influência do kardecismo.

Mas isso não significou uma interferência na identidade do candomblé, do qual a umbanda se descolou, conquistando sua autonomia. Da mesma forma que a umbanda, o candomblé também sofreu transformações.

Alguns anos atrás o candomblé era considerado uma religião de negros e mulatos, mais frequente, sobretudo, na Bahia e em Pernambuco entre os reduzidos grupos de descendentes de escravos localizados em diferentes regiões do país. A partir dos anos 60 do século XX, as pessoas de origem não africana começaram a professar o candomblé. Assim, o candomblé deixou de ser uma religião exclusiva do segmento negro, passando a ser uma religião de todos aqueles que se identificam com seus rituais, normas e cultos.

Ao estudarmos essas formas de religiosidade negras, constatamos que a presença do negro na formação social do Brasil foi decisiva para dotar a cultura brasileira de um rico patrimônio religioso desdobrado em inúmeras instituições e dimensões materiais e simbólicas, sagradas e profanas, de enorme importância para a identidade do país e sua civilização.

Sendo religiões de matriz africana e praticadas inicialmente somente pelos grupos negros, o candomblé e a umbanda sofreram (e ainda sofrem) todas as interferências do racismo existente em nosso país. Quem de nós já não ouviu comentários de que as religiões afro-brasileiras significam algo espiritualmente negativo? Ou que não são religiões, mas, sim, “seitas malignas”?

Independentemente da crença religiosa, é importante que tenhamos mais informações sobre as práticas religiosas não cristãs e que possamos compreendê-las e não simplesmente julgá-las a partir daquilo que consideramos a nossa verdade. Muitas vezes, as pessoas repetem um discurso negativo sobre essas religiões, baseando-se em preconceitos, na opinião alheia ou numa experiência pessoal negativa que tiveram, generalizando-o. É preciso tomar cuidado com julgamentos, principalmente quando falamos em religiões afro-brasileiras. Tais julgamentos podem facilmente deslizar para o campo do preconceito, da discriminação racial e do racismo.

Candomblé: uma religião afro-brasileira

O candomblé é uma religião que afirma o mundo, reorganiza seus valores e também reveste de estima muitas das coisas que outras religiões, consideram más: por exemplo, o dinheiro, os prazeres (inclusive os da carne),

o sucesso, a dominação e o poder. O iniciado não tem que internalizar valores diferentes daqueles do mundo em que vive. Ele aprende os ritos que tornam a vida neste mundo mais fácil e segura, plena de possibilidades, de bem-estar e prazer. O seguidor do candomblé propicia os deuses na constante procura do melhor equilíbrio possível (ainda que temporário) entre aquilo que ele é e tem e aquilo que ele gostaria de ser e ter. Nessa procura, é fundamental que o iniciado confie cegamente em sua mãe de santo. Guiado por ela, o fiel aprende, ano após ano, a repetir cada uma das fórmulas iniciáticas necessárias à manipulação da força sagrada da natureza, o axé.
(...)

Porque o candomblé não distingue entre o bem e o mal do modo como aprendemos com o cristianismo, ele tende a atrair também toda sorte de indivíduos que têm sido socialmente marcados e marginalizados por outras instituições religiosas e não religiosas. Isso mostra como o candomblé aceita o mundo da rua, da prostituição, dos que já cruzaram as portas da prisão. O candomblé não discrimina o bandido, a adúltera, o travesti e todo tipo de rejeitado social. (...) O candomblé se preocupa sobretudo com aspectos muito concretos da vida: doença, dor, desemprego, deslealdade, falta de dinheiro, comida e abrigo – mas sempre tratando dos problemas caso a caso, indivíduo a indivíduo, pois não se trabalha aqui com a noção de interesses coletivos, mas sempre com a de destino individual. O candomblé também pode ser a religião ou a magia daquele que já se fartou dos sentidos dados pela razão, ciência ou tecnologia, e que deixou de acreditar no sentido de um mundo totalmente desencantado, que deixou para trás a magia, em nome da eficácia do secular pensamento moderno.

(Reginaldo Prandi. *As religiões negras no Brasil: para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros*. Revista USP. São Paulo, n. 28, p. 64-83, dez/fev.1996.)

Ainda segundo o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva (1994), no candomblé, a forma de cultuar os deuses (seus nomes, cores, preferências por alimentos, louvações, cantos, dança e música) foi distinguida pelos negros segundo modelos de rito chamados de nação. Esse tipo de denominação é uma alusão significativa de que os terreiros, além de tentarem reproduzir os padrões africanos de culto, possuíam uma identidade grupal (étnica) como nos reinos da África.

Segundo esse autor, os sudaneses foram os grupos africanos que predominaram no século XIX, época em que as condições históricas, sociais e urbanas de perseguição aos cultos diminuíram em relação ao período

colonial, no qual os povos bantos foram majoritários. Devido a esses fatores, a estrutura religiosa dos povos de língua ioruba legou ao candomblé sua infraestrutura de organização, influenciada pelas contribuições de outros grupos étnicos. Desse processo, resultaram os dois modelos de cultos mais praticados no Brasil: o rito jeje-nagô e o angola.

O rito jeje-nagô abrange as nações nagôs (queto, ijexá etc.) e as jejes (jeje-fon e jeje-marrin). Tal rito enfatiza o legado das religiões sudanesas. Nos terreiros onde esse rito é praticado geralmente cultuam-se orixás (divindades representadas essencialmente pela natureza), voduns, erês (espíritos infantis) e caboclos (espíritos indígenas).



Xangô



Oxum



Ogum



Iansã

Orixás (Negro de corpo e alma, Black and body and soul, Mostra do Redescobrimento, 2000).

Mas os terreiros não são todos iguais e têm opiniões diferentes sobre a “originalidade e fidelidade africanas” do seu culto e de suas práticas. Sendo assim, os terreiros onde prevalece o culto aos orixás são popularmente conhecidos como candomblé queto; os de culto aos voduns são chamados de candomblé jeje.

No culto de natureza queto os atabaques (instrumentos de percussão) são tocados com pequenas varinhas, canta-se para os orixás principalmente em dialeto africano e segundo os seus ritmos de som e dança característicos.

Já o rito angola abrange principalmente o cerimonial congo e cabinda e procura enfatizar a herança das religiões dos povos bantos. Essa nação, embora seja a mais popular e a mais praticada pelo povo de santo, é vista por membros de outras nações como “deturpada”, pois possui um conjunto de deuses muito mais abrangente. São cultuados, além dos deuses bantos (inquices), os orixás, os voduns, os vunjes (espíritos infantis) e os caboclos. Os terreiros dessa nação são chamados de candomblé de angola e, durante o culto, os atabaques são tocados com as mãos e os cantos possuem muitos termos em português.

Devido ao grande fluxo e dispersão dos povos bantos no Brasil, o candomblé de angola espalhou-se por quase todo o país. Em alguns estados, em fins do século XIX, essa prática religiosa que sempre esteve aberta às influências católicas e ameríndias recebeu nomes diferentes como cabula no Espírito Santo, macumba, no Rio de Janeiro, e candomblé de caboclo, na Bahia. É claro que em muitos lugares esses cultos também foram marcados pelas influências do rito jeje-nagô e, nesse caso, não podemos afirmar ao certo qual dessas foi predominante.

Alguns terreiros de candomblé são partidários da polêmica ideia (hoje muito criticada e questionada) de que alguns são mais “puros” em termos de ritual do que outros, ou seja, de que alguns conseguem preservar uma maior fidelidade às origens africanas do que outros. Esse é um equívoco que, aos poucos, as comunidades-terreiro e as gerações mais jovens têm tentado superar.

Proibição

Nem sempre os cultos aos orixás puderam acontecer livremente em nosso país. Anos atrás, eles eram proibidos e perseguidos pela polícia. Segundo alguns militantes do movimento negro de Salvador, foi uma mãe de santo chamada dona Eugênia Anna dos Santos, Mãe Aninha, que conseguiu autorização do então presidente Getúlio Vargas para a

realização livre dessa prática religiosa. Mesmo assim, até uns anos atrás, os terreiros de candomblé eram ainda vigiados e muitas vezes era preciso solicitar uma licença para realizar cerimônias públicas. Ainda hoje, várias comunidades-terreiro enfrentam perseguições de vizinhos e praticantes de outros cultos religiosos. Podemos observar, em nosso dia a dia, como essas manifestações de preconceito racial e religioso recaem sobre os cultos afro-brasileiros.

É muito comum dentro de um bairro ou de uma determinada comunidade encontrar grupos que praticam outras religiões e que chamam a polícia para interromper uma cerimônia de candomblé ou de umbanda que acontece durante a noite ou madrugada. No entanto, muitas vezes, esses mesmos grupos que denunciam, realizam os seus cultos até altas horas da noite ou da madrugada (e até mesmo durante as manhãs e tardes), utilizando-se de som extremamente alto, instrumentos musicais como guitarras e baterias, realizando orações em voz extraordinariamente alta e incomodando toda uma comunidade. Alguns desses cultos são realizados em locais próximos de hospitais, escolas ou asilos, e seus praticantes não consideram o fato de que, ao praticar seus rituais com pouca moderação, estão desrespeitando as pessoas que estão ao seu redor.

Esse tipo de comportamento é uma triste realidade do nosso país que chamamos de intolerância religiosa. É importante refletir sobre como temos lidado com as pessoas que participam de práticas religiosas diferentes da nossa. Temos contribuído para o aumento da discriminação e da intolerância religiosa ou temos respeitado as diferenças, entendendo que, numa democracia, as pessoas têm o direito de professar a sua fé e participar de diferentes práticas culturais e religiosas? O livre exercício da fé é um direito e uma conquista cidadã.